

PENSAR OUTRAS ANTIGUIDADES A PARTIR DO LIVRO SOB OS TEMPOS DO EQUINÓCIO DE EDUARDO GÓES NEVES

RETHINKING ANTIQUITIES IN LIGHT OF EDUARDO GÓES NEVES'S *SOB OS TEMPOS DO EQUINÓCIO*



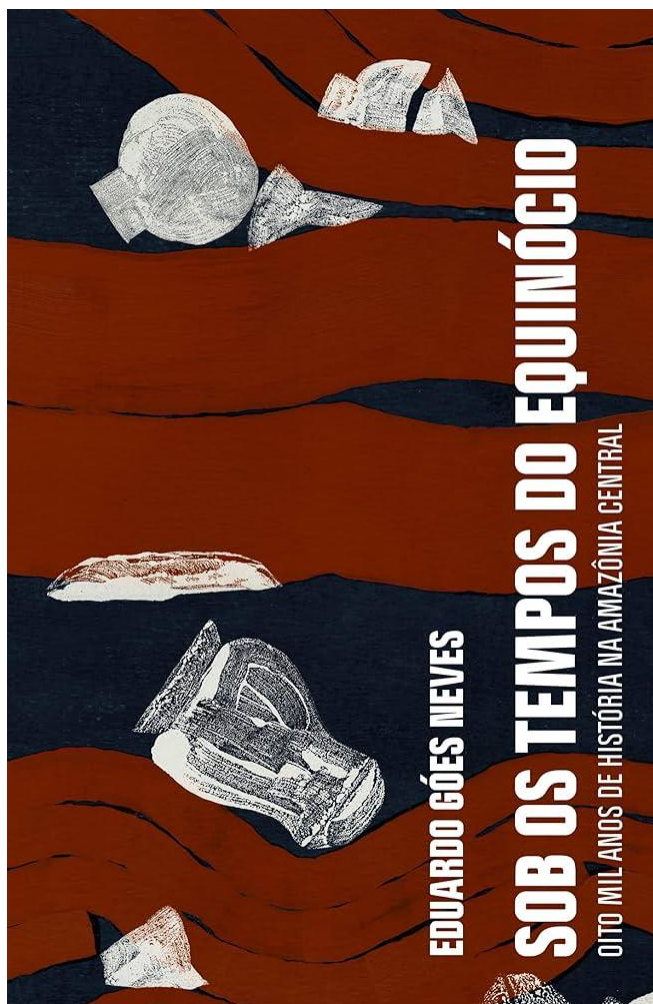
<https://doi.org/10.22228/rtf.v18i2.1493>

Eduardo Cardoso Daflon

Universidade Federal de Mato Grosso

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2445-0044>

E-mail: ec.daflon@gmail.com



NEVES, Eduardo Góes. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo: Ubu, EDUSP, 2022.

Ao preparar um curso dedicado à História Antiga, desejei refletir junto com minhas turmas acerca da proposição da existência de outras antiguidades. Faria sentido essa denominação para a América, por exemplo? Para os povos indígenas? Quais as consequências de aplicar essa forma (e fôrma) da “História Antiga” – usando a expressão do saudoso Norberto Guarinello – para o estudo da América antes da chegada dos europeus?¹

Levantando bibliografia para meu curso, me deparo com um livro fruto de uma adaptação da tese de livre docência

¹ GUARINELO, Norberto. Uma Morfologia da História: as formas da História Antiga. *POLITEIA: Hist. e Soc.*, v. 3, n° 1, 2003.

de Eduardo Góes Neves – apresentada originalmente em 2013 – que tinha sido recém-publicada em 2022. Trata-se de uma belíssima edição conjunta da Ubu e da EDUSP intitulada *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. Esse título remete à expressão usada por Sérgio Buarque de Holanda na obra de *Visões do Paraíso* de 1959 que aponta para uma leitura bastante corrente de que o espaço amazônico seria refratário à presença humana.²

Como uma das epígrafes do livro essa frase serve de mote para a reflexão sobre a região analisada. Eduardo Góes Neves, por outro lado, argumenta de forma convincente que ela foi muito menos refratária às sociedades humanas do que usualmente se poderia imaginar. Algo que demonstra a importância fundamental da Arqueologia como fonte de informação e interpretação dos povos indígenas da América, especialmente daqueles habitantes de passados mais recuados no tempo. O texto está dividido em cinco capítulos, para além de uma introdução e uma conclusão.

Já na primeira página da seção introdutória do texto, o autor traz a importante reflexão sobre a nomenclatura do período por ele estudado:

Este livro busca contar uma parte dessa história, apresentando uma síntese do que se sabe dos 8 mil anos de ocupação indígena da Amazônia central. (...) Espero com isso contribuir para a arqueologia brasileira, mas, sobretudo, quero demonstrar que *a história do Brasil anterior à chegada dos europeus – que chamarei de “história antiga”, em vez de “pré-história”* – é riquíssima, interessante e relevante para o entendimento do lugar que o Brasil ocupa hoje no planeta.³

Esse é um ponto crucial e motivo maior de ter desejado resenhar este livro e fazê-lo conhecido sobretudo entre antiquistas. Mas, voltarei a isso mais adiante.

Como esta publicação se propõe a ser lida por um público mais amplo do que apenas arqueólogos especialistas, a introdução procura apresentar alguns pontos específicos do conhecimento arqueológico. Basicamente, configura a Arqueologia como uma ciência que se dedica aos fenômenos do presente, que são os sítios arqueológicos que trazem evidências fragmentárias sobre passados mais ou menos recuados.⁴

Busca também explicitar na introdução as diferenças entre os arqueólogos e os historiadores. O tipo de fonte que utilizam *prioritariamente* é para o autor um dos

² HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visões do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1969 [1959].

³ NEVES, Eduardo Góes. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo: Ubu, EDUSP, 2022, p. 13, grifo meu.

⁴ *Ibid.*, p. 16.

elementos centrais, sendo que os primeiros partem especialmente dos objetos e os segundos da documentação textual.⁵ Fala também da distinção entre a Arqueologia e a Antropologia. Essas áreas do conhecimento, apesar de partilharem uma certa tradição conjunta, têm mais uma vez sua distinção estabelecida na maneira como lidam com as fontes de informação e com o peso da dimensão temporal.⁶

O capítulo 1 do livro se chama *O fazer arqueológico: materiais, métodos, práticas e conceitos* e se constitui como um “mini-manual” em pouquíssimas – e densas – páginas do que é o fazer arqueológico. Então, fala de vários elementos, desde sobre a área de estudos primordial – o entroncamento entre os rios Negro e Solimões – até como se dão os processos de identificação de sítios a serem escavados. Além disso, descreve detalhadamente como é o trabalho de campo e de que maneira funcionam os critérios de classificação dos dados coletados.

Já o segundo capítulo chama-se *O começo: as primeiras evidências da presença indígena* e, como o título já sugere, tem um caráter mais contextual e de apresentação dos dados que remetem à ocupação humana na América do Sul. Sobretudo, procurando demonstrar que a presença da humanidade na Amazônia é tão antiga quanto a de outras partes do continente. Processo esse que remonta à transição do Pleistoceno ao Holoceno por volta de 12.000 anos atrás. Contexto que leva o autor a afirmar que:

(...) é possível tratar a América do Sul como uma espécie de laboratório: foi o último continente a ser ocupado no planeta, por uma população fundadora pequena, mas que, ao cabo de alguns milênios, exibia todo o quadro de diversidade social e política característico da humanidade. Essa história se desenvolveu em um contexto de isolamento de outros continentes, ou seja, apenas variáveis locais atuaram em sua constituição.⁷

A partir disso, reflete sobre o que tradicionalmente foi visto como elemento essencial da formação de sociedades complexas: a domesticação. Aponta que no vale amazônico, por exemplo, cultivos muitas vezes não focavam em plantas domesticadas.⁸ Uma explicação que Neves avança para isso seria a falta de pressão para o estabelecimento agrícola tendo em vista a abundância e boa distribuição dos recursos na floresta.⁹

Assim, se poderia estabelecer que havia um padrão comum desde a chegada humana à Amazônia em que as populações alternavam caça e coleta com cultivos diversos e não

⁵ Ibid., p. 16-17.

⁶ Ibid., p. 17-21.

⁷ Ibid., p. 74.

⁸ Ibid., p. 75.

⁹ Ibid., p. 76-80.

necessariamente domesticados.¹⁰ Padrão que se mantém durante todo o Holoceno Médio com mudanças mais expressivas a partir do primeiro milênio da nossa era. Esse seria o momento quando passamos a ter registros de sociedades mais sedentárias, com maiores sinais de modificação da natureza e com o estabelecimento de tradições ceramistas.¹¹ Segundo o autor:

A transição para as aldeias circulares, com a presença de cerâmicas e modos de vida mais sedentários, foi, ao que tudo indica, abrupta, e parece ter ocorrido simultaneamente em diferentes pontos da região. No Brasil central, portanto, é recente a emergência desses modos de vida consagrados na etnografia (...). Esse novo padrão, que tem pouco mais de mil anos, se contrapôs ou se desenvolveu a partir da história de outro, muito mais antigo e, ao que parece mais estável, que perdurou por mais de 10 mil anos na região.¹²

As origens dessa nova configuração ainda estão envoltas em grande debate por parte dos arqueólogos, tendo em vista que foi algo que aconteceu em diversas partes do continente e não apenas no vale amazônico. De todo modo, o elemento-chave é que:

(...) o primeiro milênio EC [Era Comum] foi uma época de mudanças sociais marcadas nas terras baixas tropicais da América do Sul. Os sinais mais visíveis dessas mudanças foram (...) o estabelecimento da vida sedentária ao longo dessa imensa área; a construção de estruturas mais ou menos monumentais que marcaram de maneira indelével a paisagem dos locais onde foram construídas; e a configuração de feições paisagísticas anteriormente vistas como naturais.¹³

O capítulo 3, sob o título *Paisagem em construção: a natureza transformada*, passa a trabalhar em mais detalhes essas modificações que se dão ao longo do primeiro milênio da nossa era. Trata-se de uma seção do livro que se baseia numa detalhada análise dos dados cerâmicos para a região amazônica. É sobretudo um exemplo interessantíssimo de como extrair informações a partir desse tipo de registro documental num cruzamento com outros dados retirados de estudos antropológicos.

Por sua vez, o quarto capítulo é intitulado *Montículos, terras pretas e cemitérios* e sinaliza justamente para as principais fontes de informação derivada das marcas antrópicas deixadas por essas populações indígenas do primeiro milênio. Nas palavras do autor, as conclusões apontam no sentido de uma:

(...) paisagem regional da área de confluência no primeiro milênio EC [Era Comum] (...) plenamente antropizada, o que faz sentido no quadro dos princípios da ecologia histórica. A arqueologia permite que se compreenda quais foram as relações sociais que promoveram tais modificações:

¹⁰ Ibid., p. 80.

¹¹ Ibid., p. 80-81.

¹² Ibid., p. 82.

¹³ Ibid., p. 87.

assentamentos sedentários, com padrões regulares de habitação, cobertos por montículos artificiais dispostos em padrões circulares ou semicirculares, em alguns casos com a presença de cemitérios nos assentamentos, que, por sua vez, eram integrados por redes de troca. Esse quadro estável (...) perdurou na região por pelo menos seis séculos, até ser profundamente alterado no início do segundo milênio EC [Era Comum].¹⁴

Transformações no segundo milênio da nossa era que aparecem de maneira mais consolidada no último capítulo da obra, *Guerra e paz na virada do milênio*. Nesse período começamos a ter o registro de estruturas defensivas que estão de acordo com o que se preservou da tradição oral.¹⁵ Realidade mais conflitiva que na literatura antropológica normalmente aparece relacionada a contextos de aceleração do processo formativo do Estado. Entretanto, esses registros de conflitos na Amazônia não geram qualquer forma de estatalidade e tampouco – ao menos segundo os dados arqueológicos – parecem estar relacionados a conjunturas de disputas por recursos.¹⁶

Por fim, avança numa refinada discussão acerca da movimentação dos povos amazônicos fazendo um esforço – pleno de riscos conscientemente ponderados – de cruzar as informações cerâmicas com dados etnográficos e linguísticos dos povos indígenas. Com isso, chegamos ao cenário que encerra o recorte da obra, por volta do século XV, após o livro atravessar – nas páginas cheias de erudição e clareza – oito mil anos de história de povos ditos “sem história”.

Na conclusão amarra as ideias apresentadas ao longo do livro e questiona certas concepções tradicionais e ainda correntes sobre a Amazônia vista através de um princípio de incompletude. Incompletude dessa parte do mundo pela falta de Estado, de agricultura, de cidades.¹⁷ Seriam sociedades marcadas pela escassez num discurso construído desde os primórdios da colonização e sacramentado no século XIX com os textos produzidos sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nas palavras do autor:

Nós, arqueólogas e arqueólogos, passamos algumas décadas tentando mostrar que havia sociedades hierarquizadas na Amazônia. Nesse ponto, creio que fomos bem-sucedidos. Há hoje bons exemplos de conjuntos de sítios arqueológicos no alto Xingu, Marajó, Santarém, Amazônia central e Bolívia que indicam a presença de sociedades sedentárias, formas claras de modificação da paisagem e algum tipo de hierarquia associada à mobilização de mão de obra para construção de estruturas monumentais. Tais exemplos desafiam, a meu ver, a etnologia das terras baixas a incorporar dados arqueológicos na formulação de hipóteses sobre as políticas ameríndias, já que não há exemplos etnográficos comparáveis. Quando estudadas, no entanto, numa perspectiva de história de longo prazo como a aqui proposta,

¹⁴ Ibid., p. 147.

¹⁵ Ibid., p. 159, 163

¹⁶ Ibid., p. 163-164.

¹⁷ Ibid., p. 181-182.

verifica-se que essas formações sociais hierarquizadas e centralizadas tinham uma tendência à fragmentação, à dissolução (...).¹⁸

De forma que:

os povos antigos da Amazônia que fizeram artefatos de pedra lascada e depois pararam de produzi-los, inventaram a cerâmica e depois deixaram de fabricá-la, criaram solos férteis, como a terra preta, mas não tiravam deles todo seu sustento, domesticaram plantas, mas em muitos casos não quiseram ser agricultores, vislumbraram a possibilidade do Estado, mas dela fugiram sempre que puderam. Na Amazônia central, ao longo dos séculos, a arqueologia mostra uma longa história de alternância entre formas de vida bastante distintas, mas nunca, necessariamente, em direção ao Estado, mesmo nos contextos de densidade demográfica maior.¹⁹

Assim, inspirado nas perspectivas de Pierre Clastres e de Marshall Sahlins questiona a macro narrativa evolucionista através do contexto das terras baixas da América do Sul.²⁰ Ou seja, questiona que fatores como a existência do Estado ou a domesticação de plantas e animais sejam utilizados como elementos definidores de um desenvolvimento humano. E é com isso em mente que gostaria de voltar à questão de como ele opta por chamar o período da história americana até o século XV: “História Antiga”. Mas, o que significa falar em antiguidade? Para nos ajudar a pensar sobre essa questão me parece conveniente partir da reflexão de Norberto Guarinello:

É, [o “antigo”,] obviamente, o oposto de recente, moderno, ou contemporâneo. História Antiga deveria ser assim a parte mais antiga da História Contemporânea, a história de suas origens, de seus começos. Define um período na História. Mas um período de que História? A ideia da existência de uma História antiga foi desenvolvida por pensadores do Renascimento. Pressupunha, ao mesmo tempo, uma ruptura e uma recuperação, religiosa e cultural, entre dois mundos. Uma ruptura que dava um certo sentido à História, como a recuperação de algo perdido, como a restauração de um laço que tinha sido rompido durante a assim chamada História do Meio, a História Medieval. Deste modo, associava seu mundo contemporâneo, a Europa dos séculos XV-XVI, com um certo passado. Para eles, era a História antiga do seu mundo. Mas é ainda a História antiga de nosso mundo? Muitos manuais contemporâneos e currículos escolares e universitários ainda a denominam de História do Mundo Antigo. Mas é evidente que não se trata da História antiga do mundo. De fato, a própria ideia de História Antiga representa uma visão europeia da História, um certo modo de ver a História mundial de uma perspectiva europeia. É um ponto de vista muito particular, mas que se apresenta como universal e natural.²¹

¹⁸ Ibid., p. 188.

¹⁹ Ibid., p. 189.

²⁰ CLASTRES, Pierre. *A sociedades contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Ubu, 2017 [1974]; e SAHLIN, Marshal. *Stone age economics*. Londres: Routledge, 2017 [1972].

²¹ GUARINELO, Norberto. *Uma Morfologia da História*. Op. Cit., p. 51

Assim, me parece que, ao seguir com essa denominação de História Antiga dos povos indígenas, Eduardo Góes Neves dá um passo interessante para ampliar as possibilidades de narrativa da história humana. Uma narrativa que parte de um outro ponto de vista e que nos convida a pensar a multilinearidade das sociedades humanas no tempo e que tem ganhado reflexões importantes entre antiquistas. Exemplo disso é a repercussão da obra de Graeber e Wengrow, *O despertar de tudo*, e que tem no livro de Eduardo Góes Neves outros elementos interessantes para reflexão.²²

Termino esta resenha com uma única certeza: seguirei pensando e lecionando cursos de História Antiga a partir das reflexões propostas por Eduardo Góes Neves. Elas sem qualquer dúvida são terreno fértil para a formação de futuras(os) historiadoras(es) atentas(os) a uma dimensão temporal alargada da vivência humana neste planeta.

Recebido em 09 de dezembro de 2025
Aceito em 20 de dezembro de 2025

²² GRAEBER, David; WENGROW, David. *O despertar de tudo: Uma nova história da humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022 [2021].